



DOCK INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A

**RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE O EXAME DAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2024**

Sumário	
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	4
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	5
BALANÇO PATRIMONIAL	8
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E EXERCÍCIOS	9
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023	9
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10
DO SEGUNDO SEMESTRE DE 2024 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023	10
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	11
DO SEGUNDO SEMESTRE DE 2024 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023	11
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	12
DO SEGUNDO SEMESTRE DE 2024 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023	12
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	13
1. Contexto Operacional	13
2. Apresentação das Demonstrações Financeiras	13
3. Principais políticas contábeis:	14
a. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação	14
b. Apuração do Resultado	14
c. Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes	14
d. Reconhecimento da Receita	14
e. Disponibilidades	14
f. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	14
g. Imobilizado de uso	15
h. Intangível	15
i. Redução ao valor recuperável de ativos (“Impairment”)	15
j. Contas de Pagamento Pré-Pagas	16
k. Relações interfinanceiras	16
l. Obrigações por transações de pagamento em moeda estrangeira	16
m. Provisão para contingências, provisões e obrigações legais	16
n. Atualização monetária e ajustes a valor presente de direitos e obrigações.	16
o. Imposto de renda e contribuição social	17
p. Lucro / Prejuízo por ação	17
q. Normas com vigência futura	17
4. Disponibilidade - Caixa e equivalente de caixa	18
5. Títulos e valores mobiliários	18

6. Outros Créditos - Diversos	20
7. Imobilizado	20
8. Intangível	21
9. Provisão para contingências	21
10.Outras Obrigações – Diversas	22
11.Outras Obrigações – Partes relacionadas	22
12.Patrimônio Líquido	23
a. Capital Social	23
b. Capital Regulatório	23
c. Lucros e Prejuízos Acumulados	23
13.Receita Operacional	23
14.Custos dos serviços prestados	24
15.Despesas administrativas e gerais	24
16.Resultado Financeiro	24
17.Imposto de Renda e Contribuição Social	25
18.Estrutura de Gerenciamento de Riscos	25
19.Eventos Subsequentes	26

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em atendimento a Resolução BCB nº 2, de 12/8/2020, a administração da Dock Instituição de Pagamento S.A. (“Dock IP” ou “Companhia”) tem o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Instituição relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

A Dock IP é uma das líderes em banking as a service no país. A companhia agrega valor, inovação e escalabilidade aos negócios de seus clientes ao reunir emissão de cartões, digital banking e soluções de PIX em uma plataforma única e abrangente. A prestação de serviço focada, principalmente, em B2B permite a qualquer empresa agregar uma vertical de serviços financeiros, possibilitando a criação de uma fonte alternativa de receita, fidelização de clientes, alcance de novos consumidores, aumento do ticket médio e obtenção de vantagem competitiva.

Em 09 de abril de 2018 a Dock IP foi aprovada como instituição de pagamentos na modalidade de emissor de moedas eletrônicas, pelo BCB de acordo com a publicação em Diário Oficial. Em 01 de outubro de 2021 os então controladores da Dock IP celebraram contrato de compra e venda de ações junto à Dock Soluções em Meios de Pagamentos S/A (“Dock Soluções”) para a alienação do controle acionário da Dock IP, transação que foi autorizada pelo BCB através de publicação em Diário Oficial em 10 de dezembro de 2021. Em 01 de junho de 2023 a Dock IP fez a incorporação reversa das holdings PAM JR PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A. e PAYMENTS HOLDING S.A., empresas não operacionais, bem como incorporou a parcela cindida da Dock Soluções, sua antiga acionista, em operação societária que trouxe o controle da Dock IP diretamente para os controladores da Dock Soluções. Este movimento ocorreu a partir da publicação, em Diário Oficial, da autorização de aumento de Capital aprovada pelo BCB.

Ao longo do exercício de 2024 a sinergia de operações após incorporação refletiu os principais números das demonstrações financeiras, observando-se um crescimento importante de resultado quando comparado com exercícios anteriores

Ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos administradores e acionistas da
Dock Instituição De Pagamento S.A.
Barueri – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Dock Instituição de Pagamento S.A.** (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as quais foram emitidas sem modificações e incluíram um parágrafo sobre a continuidade operacional da Companhia, devido aos prejuízos acumulados de exercícios anteriores. No entanto, no exercício social corrente, esse assunto não é aplicável, em função da melhoria da situação financeira da Companhia.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante,

inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 28 de março de 2025.

BLB Auditores Independentes

CRC 2SP023165/O-2



Rodrigo Garcia Giroldo

CRC 1SP222658/O-9

DOCK INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A

**BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023**

(Em reais mil)

ATIVO	Nota	31/12/2024	31/12/2023	PASSIVO	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante		1.908.139	1.913.588	Passivo Circulante		1.736.815	1.801.628
Disponibilidades	4	35.719	31.965	Contas de Pagamento Pré Pago	3j	1.467.524	1.455.732
Títulos e Valores Mobiliários	5	41.365	1.060.687	Relações interfinanceiras Passivo	3k	136.664	259.408
Livres		25.576	41.256				
Vinculados Conta Pré Paga		2.437	1.009.627				
Vinculados a Prestação em Garantias		13.352	9.804	Outras Obrigações			
Relações interfinanceiras Ativo	4a	1.598.494	720.402	Fiscais e Previdenciárias		12.645	6.616
Outros créditos	6	112.212	90.338	Obrigações por transações de pagamento	3l	78.761	39.019
Outros créditos - Partes Relacionadas	11	120.349	10.196	Provisão para Contingência	9	5.926	2.323
				Partes Relacionadas a Pagar	11	27	-
Não circulante		26.146	41.819	Diversos	10	35.268	38.530
Permanente		26.146	41.819	Patrimônio Líquido	12	197.470	153.779
Imobilizado	7	1.237	2.104	Capital Social	12a	313.149	313.149
Intangível	8	24.909	39.715	Ajuste de Avaliação Patrimonial		-	(226)
				Prejuízos Acumulados	12c	(115.679)	(159.144)
Total do ativo		1.934.285	1.955.407	Total do passivo e patrimônio líquido		1.934.285	1.955.407

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023**(Em reais mil)

		01/07/2024		
		a		
	Nota	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023
Receita de serviços		105.570	210.439	137.421
Receitas financeiras		79.934	113.728	114.854
(-) Impostos incidentes sobre receitas		(3.474)	(11.742)	(15.169)
Resultado Operacional	13	182.030	312.425	237.106
Custo dos serviços prestados	14	(105.032)	(146.936)	(106.095)
Lucro Bruto		76.998	165.489	131.011
Administrativas e gerais	15	(54.072)	(94.371)	(56.984)
Outras receitas e despesas		171	(243)	(959)
Lucro Operacional		23.097	70.875	73.068
Resultado financeiro	16	(1.845)	(3.997)	(4.397)
Resultado antes de imposto de renda e contribuição social		21.252	66.878	68.671
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	17	(8.275)	(23.413)	(21.055)
Lucro Exercício		12.977	43.465	47.616
Qtde. média de ações em circulação no exercício	12a	1.346	1.346	1.346
Lucro por ação		9,642	32,292	35,376

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DO SEGUNDO SEMESTRE DE 2024 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em reais mil)

	Notas	Capital social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022		92.354	(89)	(65.091)	27.174
Aumento de capital social	10	220.795	-	-	220.795
Lucro do semestre		-	-	17.881	17.881
Resultado da Incorporação		-	-	(141.669)	(141.669)
Ajuste de avaliação patrimonial		-	(326)	-	(326)
Saldo em 30 de junho de 2023		313.149	(415)	(188.879)	123.855
Lucro do semestre		-	-	29.735	29.735
Ajuste de avaliação patrimonial		-	189	-	189
Saldo em 31 de dezembro de 2023		313.149	(226)	(159.144)	153.779
Lucro do semestre		-	-	30.487	30.487
Ajuste de avaliação patrimonial		-	164	-	164
Saldo em 30 de junho de 2024		313.149	(62)	(128.657)	184.430
Lucro do semestre		-	-	12.978	12.978
Ajuste de avaliação patrimonial		-	62	-	62
Saldo em 31 de dezembro de 2024		313.149	-	(115.679)	197.470

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

DO SEGUNDO SEMESTRE DE 2024 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em reais mil)

	01/07/2024 a 31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	12.978	43.465	47.616
Itens que não afetam o caixa operacional			
Ajuste de Exercício Anterior	62	226	(138)
Aumento (Redução) de provisão para contingências	622	3.603	(249)
Depreciação e amortização	9.528	19.063	14.040
	23.190	66.357	61.269
Títulos e valores mobiliários	691.010	1.019.322	(731.103)
Outros créditos	(65.077)	(132.027)	1.106.494
Relações interfinanceiras	(673.598)	(878.092)	(617.240)
Recursos recebidos de clientes pré-pago	120.258	11.792	67.638
Relações interfinanceiras	(128.875)	(122.744)	111.852
Diversos	(3.475)	(3.235)	(5.883)
Fiscais e Previdenciárias	(716)	6.029	2.917
Obrigações por transações de pagamentos	37.073	39.742	8.781
Caixa líquido das atividades operacionais	(210)	7.144	4.725
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições de bens do imobilizado e intangível	(2.512)	(3.390)	(480)
Caixa líquido das atividades de investimentos	(2.512)	(3.390)	(480)
Aumento / Redução líquido de caixa	(2.722)	3.754	4.245
Caixa no início do exercício	38.441	31.965	27.720
Caixa no final do exercício	35.719	35.719	31.965
Aumento / Redução líquido de caixa	(2.722)	3.754	4.245

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
DO SEGUNDO SEMESTRE DE 2024 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023(Em reais mil)

	<u>01/07/2024 a</u> <u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro do período	12.978	43.465	47.616
Outros resultados abrangentes	-	-	(141.669)
Ajuste de avaliação patrimonial	62	226	(138)
Total do resultado abrangente do exercício	<u>13.040</u>	<u>43.691</u>	<u>(94.191)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma)****1. Contexto Operacional**

A Dock Instituição de Pagamento S.A. (“Dock IP” ou “Companhia”) foi constituída em 22 de fevereiro de 2011 na forma de sociedade anônima, domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Tamboré, 267, 27º andar, sala 2, conjunto 271, Edifício Canopus Corporate, Tamboré, Alphaville, Barueri SP, CEP: 06.460-000. Tem como principal atividade atuar como instituição de pagamento, conforme definido pela Lei nº 12.865 de 09 de outubro de 2013 e, obedecendo diretrizes do Banco Central do Brasil (“BCB”), incluindo, sem limitar-se a: a prestação de serviços de emissão, de administração, de transferência, de saques, de pagamentos e gestão de contas de pagamentos pré-pagas e pós-pagas, e a participação em outras sociedades.

Em 09 de abril de 2018, a companhia foi aprovada como instituição de pagamentos na modalidade de emissor de emissor de moedas eletrônicas, pelo BCB de acordo com a publicação em Diário Oficial.

A Companhia concluiu o processo de incorporação reversa de parte da operação da sua até então acionista em 01/06/23, através da aprovação de aumento de Capital pelo Banco Central do Brasil. Com a execução desta operação a Companhia incorporou uma carteira importante de clientes, bem como um portfólio de produtos sinérgico ao seu negócio.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e demais diretrizes previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (“COSIF”), as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alterada pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09. Não foram adotadas nos balanços as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional, ainda não aprovadas pelo BCB.

Em função da autorização junto ao BCB para atuar como instituição de pagamento, as demonstrações financeiras da Dock IP passaram a refletir a Resolução BCB nº 2, de 12/8/2020, que estabeleceram critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras com vigência a partir de janeiro/2021, incluindo a apresentação da Demonstração do Resultado Abrangente.

Foram adotados para fins de divulgação os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo CPC, aprovados pelo BCB e que estão consubstanciados no COSIF, assim, a preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC requer que a administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, os resultados reais podem divergir das respectivas estimativas. Estimativas e premissas com relação ao futuro são revistas de maneira sistemática pela Dock IP e são baseadas na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas.

A autorização para conclusão das demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 28 de março de 2025.

3. Principais políticas contábeis:**a. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação**

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Dock IP.

b. Apuração do Resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e despesas são reconhecidas na apuração do resultado até a data do balanço, e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, pro rata dia incidentes sobre ativos e passivos de forma simultânea, independente de recebimento ou pagamento.

c. Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade sendo que, quando aplicável, são acrescidos de rendimentos e as variações monetárias ou cambiais auferidos até a data do balanço.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação, independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular 3.068/01 do BCB.

d. Reconhecimento da Receita

A receita decorrente de serviços de gestão de contas de pagamentos, bem como outros serviços prestados a parceiros. São apropriadas ao resultado quando da efetiva prestação de serviços.

e. Disponibilidades

Os montantes correspondem a depósitos bancários e outras disponibilidades de curto prazo em montante conhecido, liquidáveis prontamente e, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

f. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da Administração da Dock IP, conforme Circular BCB n.º 3.068/01:

I. Títulos para negociação

Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do exercício. Independente ao prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante.

II. Títulos mantidos até o vencimento

Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

III. Títulos disponível para venda

Que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são registrados pelo

custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada no patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

O valor de mercado dos títulos públicos é apurado segundo Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA, que determina o valor líquido provável de realização por meio de parâmetros que compreendem, entre outros, o preço médio de negociação para títulos e valores mobiliários semelhantes em relação aos prazos de pagamento e vencimento.

g. Imobilizado de uso

Avaliado ao custo histórico, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil estimada dos bens, de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa 7. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

O ativo imobilizado está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores.

h. Intangível

I. Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados por seu custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos (Nota 8).

II. Ativos intangíveis gerados internamente

Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado, quando incorridos.

i. Redução ao valor recuperável de ativos (“Impairment”)

Os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores.

Anualmente, e se houver evidência, a Dock IP revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda e o valor em uso. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável e a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

j. Contas de Pagamento Pré-Pagas

Os depósitos em conta de pagamento referem-se, às obrigações junto a clientes por saldos carregados nos cartões de débitos e contas digitais pré-pagas ainda não utilizados, no montante de R\$1.467.524 (R\$1.455.732 – dez/2023).

k. Relações interfinanceiras

Referem-se a saldo de transações relacionadas com arranjos de pagamento conforme disciplina a Resolução BCB 150, de 6 de outubro de 2021.

l. Obrigações por transações de pagamento em moeda estrangeira

Corresponde a recursos de clientes carregados em moeda estrangeira para uso no exterior.

m. Provisão para contingências, provisões e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução nº 3.823/09, da seguinte forma:

- I. **Ativos contingentes:** não são reconhecidos nas informações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- II. **Passivos contingentes:** são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificamos como perda remota.
- III. **Provisões:** são reconhecidas nas informações financeiras quando, baseadas na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas e cíveis classificadas como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e pela Administração são contabilizadas com base na expectativa de perda da Administração e divulgadas em notas explicativas; e
- IV. **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias):** referem-se a demandas judiciais que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições e são provisionadas.

n. Atualização monetária e ajustes a valor presente de direitos e obrigações.

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação monetária, são atualizados até as datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas diretamente no resultado dos exercícios a que se referem. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários relevantes de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras da Dock IP, tomadas em seu todo. Calcula-se esse ajuste com base nos fluxos de caixa previstos e respectivas taxas de juros. A partir dos cálculos efetuados, a Administração concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários não tem relevância em relação às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 pelo que não se registrou nenhum correspondente ajuste.

o. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para o imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre os lucros que excederem R\$240 no ano. A provisão para contribuição social está sendo calculada à alíquota de 9%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

p. Lucro / Prejuízo por ação

É calculado sobre o número médio ponderado de ações durante o exercício.

q. Normas com vigência futura

Resolução BCB nº 352, de 23 de novembro de 2023, estabelece novos conceitos e critérios contábeis para instrumentos financeiros, além de regras para designação e reconhecimento da contabilidade de hedge. Essas normas se aplicam a diversas instituições financeiras, incluindo:

- Sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários
- Sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários
- Sociedades corretoras de câmbio
- Administradoras de consórcio
- Instituições de pagamento autorizadas pelo Banco Central do Brasil

Além disso, a resolução detalha os procedimentos contábeis para:

- Definição de fluxos de caixa de ativos financeiros
- Apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros
- Constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito
- Evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas

Principais mudanças e impactos:

- A resolução introduz uma atualização significativa nas práticas contábeis, com o objetivo de alinhar as normas brasileiras aos padrões internacionais.
- A implementação da Resolução BCB nº 352 resultará na revogação de normativas anteriores, como as Circulares nº 3.068/01 e nº 3.082/02, e a Resolução CMN nº 2.682/99.
- A adoção das novas regras será de forma prospectiva, com entrada em vigor em 1º de janeiro de 2025, exceto para a contabilidade de hedge, que entrará em vigor em 1º de janeiro de 2027.
- A resolução aborda a mudança de metodologia de provisão de perdas de crédito, onde antes era focado em perdas incorridas, e agora passa a ser um modelo híbrido, ou seja, com perdas incorridas e esperadas.
- O objetivo principal da resolução é trazer uma maior clareza e simplicidade para a apuração de perdas esperadas, reduzindo a burocracia para algumas instituições.

A Resolução introduz um modelo prospectivo de perdas esperadas para o reconhecimento de perdas associadas ao risco de crédito, substituindo o modelo de perdas incorridas. Isso altera a avaliação de ativos financeiros e a constituição de provisões. A norma prevê metodologias completa ou simplificada, dependendo do enquadramento da instituição (S1 a S5).

As instituições devem registrar separadamente a provisão para perda incorrida, a provisão adicional para perda esperada (para metodologia simplificada) e o excesso da perda esperada sobre essas provisões.

Modelos de Perdas Esperadas

Metodologia Simplificada:

As instituições devem reconhecer provisões estimadas para perdas esperadas em suas carteiras de crédito. A avaliação da perda esperada deve considerar informações históricas de inadimplência e projeções de cenários econômicos futuros. A Metodologia Simplificada é direcionada às Instituições S4 e S5, com aplicação obrigatória para as Instituições S5.

Os instrumentos financeiros são alocados em estágios:

Estágio 1: Sem problema de recuperação de crédito no início e sem aumento significativo do risco.

Estágio 2: Risco de crédito aumentou significativamente, mas não é ativo com problema de recuperação.

Estágio 3: Ativo com problema de recuperação de crédito.

A realocação entre estágios é baseada na comparação do risco de crédito inicial com o atual. A alocação é revisada periodicamente ou em situações específicas.

A Instituição prevê que a adoção dos novos requerimentos contábeis não acarretará impactos contábeis significativos em suas demonstrações financeiras

4. Disponibilidade - Caixa e equivalente de caixa

São representados por saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários cujo vencimento das operações na data de efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Bancos - conta movimento	5.993	955
Disponibilidade em moeda estrangeira	29.726	31.010
Total	35.719	31.965

a. Relações Interfinanceiras - Créditos Vinculados

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
BACEN - Depósito em Moeda Eletrônica (i)	1.516.000	473.000
BACEN - Conta de Pagamento Instantâneo	82.494	247.402
Total	1.598.494	720.402

(i) Os valores de Depósito em Moeda Eletrônica deste item são créditos vinculados a prestação de contas pré-pagas

5. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os títulos e valores mobiliários estavam classificados como disponíveis para venda. O valor de custo e o valor de mercado e a classificação por vencimentos estavam assim representados:

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Livres – ativo circulante	25.576	41.256
Vinculados a prestação de garantias – circulante	2.437	1.009.627
Vinculados a prestação de garantias – realizável a longo prazo	13.352	9.804
	41.365	1.060.687

a. Concentração por tipo, classificação e prazo de vencimento

	31.12.2024			31.12.2023		
	Sem vencimento	De 1 a 5 anos	Valor mercado / Custo Atualizado	Sem vencimento	De 1 a 5 anos	Valor mercado / Custo Atualizado
Mantidos até o vencimento						
Depósitos vinculados à prestação de garantias	-	3.942	3.942	-	40	40
Letras Financeiras do Tesouro		9.410	9.410		9.764	9.764
Total	-	13.352	13.352	-	9.804	9.804
Títulos disponível para venda						
Títulos Vinculados a Saldos em Contra Pré-Paga – LFT	-	2.437	2.437	-	1.009.627	1.009.627
CDB - Certificado de depósito bancário – livre		25.576	25.576		41.256	41.256
Total	-	28.013	28.013	-	1.050.883	1.050.883

6. Outros Créditos - Diversos

O grupo de outros créditos demonstra os demais valores a receber da Companhia.

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
<i>Circulante</i>		
Valores a Receber	50.987	27.076
Créditos Tributários	55.024	56.568
Estoque	199	274
Bloqueio Judicial	717	654
Outros	5.285	5.766
Total	<u>112.212</u>	<u>90.3338</u>

7. Imobilizado

A composição do Imobilizado está apresentada a seguir:

	Taxa anual	Custo aquisição	Depreciação acumulada-Baixa	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Computadores e periféricos	20%	5.410	(4.629)	781	1.654
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	1.311	(1.311)	-	-
Móveis e Utensílios	10%	887	(460)	427	378
Veículos	20%	198	(178)	20	54
Máquinas e Equipamentos	10%	104	(95)	9	18
Sistema de comunicação	20%	11	(11)	-	-
Total		<u>7.921</u>	<u>(6.684)</u>	<u>1.237</u>	<u>2.104</u>

O resumo da movimentação das contas do imobilizado é apresentado a seguir:

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Saldos ao início do exercício	1.652	563
(+) Adições – Decorrente do processo de incorporação	-	4.421
(-) Depreciação Decorrente do processo de incorporação	-	(2.158)
(-) Depreciação	(415)	(722)
Saldos ao final do exercício	<u>1.237</u>	<u>2.104</u>

8. Intangível

A composição do Intangível está apresentada a seguir:

	Taxa anual	Custo aquisição	Amortização acumulada	31.12.2024	31.12.2023
Sistemas e aplicativos	20%	6.539	(5.921)	618	1.430
Pesquisa e desenvolvimento de produtos	20%	36.497	(29.669)	6.828	8.985
Outros ativos intangíveis	20%	57.783	(40.320)	17.463	29.300
Total		100.819	(75.910)	24.909	39.715

O resumo da movimentação das contas do intangível é apresentado a seguir:

	31.12.2024	31.12.2023
Saldos ao início do exercício	31.510	15.925
(+) Adições	2.513	480
(+) Adições - Decorrente do processo de incorporação	-	60.598
(-) Amortização - Decorrente do processo de incorporação	-	(13.318)
(-) Amortização	(9.113)	(23.970)
Saldos ao final do exercício	24.910	39.715

9. Provisão para contingências

A Dock IP é parte em ações judiciais e processos administrativos perante a tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões cíveis e trabalhistas e outros assuntos.

	31.12.2024	31.12.2023
Saldos inicial	2.323	642
Constituição/(Reversões)	3.603	1.681
Saldos ao final do exercício	5.926	2.323

A Administração, com base em informações de seus consultores jurídicos, em análises das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base no histórico de perdas, constituiu provisão para passivos contingentes em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

a. Contingências Cíveis

As provisões reconhecidas contabilmente estão representadas por ações cíveis de relação de consumo. Quando requerido pela Justiça, são efetuados depósitos judiciais, apresentados na rubrica de Outros Créditos. A Dock IP com base na opinião de seus assessores jurídicos, não espera perdas no desfecho desses processos, além das já provisionadas.

b. Contingências Trabalhista

Com base em informações de seus assessores jurídicos, o saldo provisionado para os processos trabalhistas, cujo a companhia possui responsabilidade primária, é considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas.

c. Contingências possíveis

Os processos cíveis, tributários e trabalhistas avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível totalizam em 31 de dezembro de 2024 o montante de R\$ 5.916 (2023: R\$ 9.425), sendo este o valor total das causas.

10. Outras Obrigações – Diversas

	31.12.2024	31.12.2023
Outras obrigações – Diversas		
Despesa com pessoal	1.958	1.544
Fornecedores mercado interno	33.069	35.848
Fornecedores mercado externo	241	1.138
Total	35.268	38.530

11. Outras Obrigações – Partes relacionadas

	Ativo (Passivo) 31.12.2024	Ativo (Passivo) 31.12.2023
	Outras partes relacionadas	Outras partes relacionadas
Ativo		
Outros créditos - Partes relacionadas	120.349	10.196
Dock Tecnologia S.A.	61.383	-
Dock Soluções em Meios de Pagamentos S.A	58.966	10.196
Passivo		
Partes Relacionadas a Pagar	(27)	(7)
Dock Tecnologia S.A.	(7)	(7)
Dock Soluções em Meios de Pagamentos S.A	(20)	-
Total	120.322	10.189

12. Patrimônio Líquido**a. Capital Social**

Em 31 de dezembro de 2024 o capital social no montante de R\$ 313.149 (dez.23: R\$ 313.149), está representado por 1.346.299 ações (1.346.299 em dez.2023), subscritas e integralizadas por acionistas domiciliadas no país.

b. Capital Regulatório

A Resolução Banco Central nº 198/2022 determina que as instituições de pagamentos devem manter, permanentemente, Patrimônio de Referência de Instituição de Pagamento, em valor superior ao requerimento mínimo de 10% em 2024 e 12% em 2025.

Em 31 de dezembro de 2024, o patrimônio de referência da Dock IP é de R\$ 164.939 (R\$ 126.854 em 31 de dezembro de 2023). Este Valor é superior ao patrimônio mínimo requerido, que é R\$ 73.415 (R\$ 28.525 em 31 de dezembro de 2023).

c. Lucros e Prejuízos Acumulados

Os impactos decorrentes do processo de incorporação nos lucros e prejuízos acumulados estão demonstrados a partir da abertura da baixa do ágio (líquido do ativo fiscal diferido), baixas das incorporações reversas a partir dos investimentos presentes nas empresas incorporadas e variação patrimonial ocorrida devido aos movimentos patrimoniais entre o período da Assembleia Geral Extraordinária e aprovação do BCB.

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Saldo inicial	(159.144)	(65.091)
Lucro do exercício	43.465	47.616
Baixa do ágio (líquido ativo fiscal diferido)	-	(109.698)
Baixas Incorporação reversa	-	(40.409)
Variação patrimonial	-	8.438
Saldo Final	<u>(115.679)</u>	<u>(159.144)</u>

13. Receita Operacional

	<u>01.07.2024 a</u>	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Receita de serviços e outras	105.570	210.439	137.421
Receita financeira	79.934	113.728	69.174
(-) impostos sobre receita operacional			
(-) COFINS	(1.582)	(7.020)	(10.635)
(-) PIS	(176)	(1.275)	(1.984)
(-) ISS	(1.716)	(3.447)	(2.551)
Total	<u>182.030</u>	<u>312.425</u>	<u>191.425</u>

14. Custos dos serviços prestados

	01.07.2024 a 31.12.2024	31.12.2024	31.12.2023
Bandeira	(10.323)	(19.574)	(15.582)
Conta Bonificada	(48.365)	(48.365)	-
Armazenamento	(4.319)	(9.191)	(9.872)
Emissão de cartões	(22)	(116)	(857)
Processamento	(38.454)	(62.316)	(26.011)
BaaS	(388)	145	(1.298)
Outros Custos	(3.161)	(7.519)	(6.794)
Total	(105.032)	(146.936)	(60.414)

15. Despesas administrativas e gerais

	01.07.2024 a 31.12.2024	31.12.2024	31.12.2023
Pessoal	(28.319)	(47.673)	(31.109)
Amortização/Depreciação	(9.530)	(19.063)	(14.039)
Ocupação	(1.731)	(6.522)	(5.893)
Consultoria	(3.591)	(5.311)	(3.744)
Comissão sobre vendas	(9.821)	(12.977)	(1.130)
Utilidades e serviços	11	(125)	(1.265)
Outras Despesas	(1.091)	(2.700)	197
Total	(54.072)	(94.371)	(56.984)

16. Resultado Financeiro

	01.07.2024 a 31.12.2024	31.12.2024	31.12.2023
Receitas:			
Juros ativos	77	354	530
Variação cambial ativa	6.171	14.252	10.174
Outras Rec. Financeiras	215	408	118
Total	6.463	15.014	10.822
Despesas:			
Variação cambial passiva	(5.540)	(12.558)	(10.703)
Outras Desp. Financeiras	(2.768)	(6.453)	(4.516)
Total	(8.308)	(19.011)	(15.219)
Total	(1.845)	(3.997)	(4.397)

17. Imposto de Renda e Contribuição Social

	<u>31.12.2024</u>		<u>31.12.2023</u>	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	66.878	66.878	68.671	68.671
Adições temporárias	170.564	170.564	118.479	118.479
Exclusões temporárias	(186.417)	(186.417)	(126.322)	(126.322)
Lucro real tributável	51.025	51.025	60.828	60.828
Compensação de prejuízo fiscal	(15.657)	(15.657)	(18.248)	(18.248)
Imposto de renda (15%)	5.305	-	6.387	-
Imposto de renda adicional (10%)	3.601	-	4.234	-
Contribuição social (9%)	-	3.205	-	3.841
Total de despesa com imposto corrente				
Ágio referente cisão	8.310	2.992	4.848	1.745
Base de ativo fiscal diferido	-	-	-	-
Ativo de imposto de renda diferido	-	-	-	-
Total de imposto de renda e contribuição social	<u>17.216</u>	<u>6.197</u>	<u>15.469</u>	<u>5.586</u>

18. Estrutura de Gerenciamento de Riscos

Os acionistas e administradores da Dock IP consideram a gestão de riscos um instrumento essencial para a tomada de decisões estratégicas, inclusive para uma maximização da eficiência no uso do capital para escolha de suas operações.

A Dock IP possui e segue política de gerenciamento de riscos que orienta em relação à natureza e a posição geral dos riscos financeiros que deverão ser regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e impacto financeiro no fluxo de caixa.

A Dock IP, em atendimento às melhores práticas de gerenciamento de riscos, permanentemente tem desenvolvido políticas, sistemas e controles internos para a mitigação de possíveis perdas decorrentes da exposição aos riscos, adequando processos e rotinas às modalidades operacionais.

Em atendimento às melhores práticas de gerenciamento de riscos e as normas do BCB, a Dock IP tem o gerenciamento dos riscos:

I - Risco de liquidez – O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de a Dock IP não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, além de não ser capaz de converter moeda eletrônica em moeda física ou escritural no momento da solicitação do usuário.

A Dock IP implementou estrutura de gerenciamento de riscos corporativos compatível com a natureza de suas atividades e complexidade dos serviços e produtos oferecidos, conforme o tamanho da exposição aos riscos. Contamos com uma estrutura de gerenciamento e controle do risco de liquidez que atua de forma independente às áreas de negócio e é responsável pelas avaliações, monitoramento e reporte, verificando continuamente a aderência as políticas e estrutura de limites aprovadas.

II – Risco de crédito – Tendo em vista que a Dock IP não opera com modalidades de crédito, esta política não se aplica a mesma.

III - Risco de mercado – A Dock IP emprega uma política conservadora no gerenciamento do risco de mercado, supervisionando e controlando de forma eficaz cada fator, para identificar e quantificar as volatilidades e correlações que venham impactar a dinâmica de preços dos seus itens patrimoniais.

IV - Risco operacional – A política de gestão de riscos operacionais busca identificar, tratar e gerenciar os possíveis riscos operacionais da Dock IP, com finalidade de garantir a qualidade do ambiente de controle trazendo mais eficiência aos processos internos. Dentro desse contexto o grupo possui estrutura e políticas para a gestão do risco operacional com ferramentas como auto avaliação, monitoramento de indicadores e base de dados de perdas operacionais, garantindo o melhor gerenciamento de processos, sistemas, projetos e novos produtos, dando suporte à tomada de decisão da alta administração.

19. Eventos Subsequentes

Até o momento da aprovação das demonstrações financeiras não foram identificados eventos subsequentes relevantes ocorridos após a sua data base.

Marcelo Prudêncio Jacques
Diretor

Diogo Frenkel
Diretor

Taís Heidemann Freitas
Contadora
CRC SC-038156/O-6